

Governo apostava no êxito do novo plano

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Prepara-se o governo federal para jogar todos os seus cacos de uma vez, apostando no sucesso da nova reforma econômica, uma espécie de segundo choque heterodoxo. Se surtirem efeito as medidas por adotar a partir dos próximos dias, ou horas, imagina o presidente Sarney afastar não só o fantasma da hiperinflação e da recessão. Desaparecerá também, na Assembleia Nacional Constituinte, a tendência pela antecipação abrupta das eleições presidenciais. Poderá ser recomposta a maioria parlamentar governista, e, com um pouco de esforço, o atual mandato presidencial será fixado em cinco anos, assim como os que se lhe seguirão. Sete anos são uma impossibilidade, mas, com jeito, se evitará a limitação para quatro anos e nem se pensará mais em três anos, isto é, na realização das eleições presidenciais ainda em 1987 ou no começo de 1988, logo após a promulgação da nova Constituição.

As atenções, assim, concentraram-se nas medidas a serem anunciadas pelo Palácio do Planalto ou pelo Ministério da Fazenda. Sarney não queria mais saber de pacotes ou de elencos miraculosos de iniciativas econômicas, mas precisou curvar-se à natureza das coisas. Mesmo não saindo num só dia, como não saído, devendo ser anunciadas gradativamente, não haverá como dissociar as medidas. Elas constituirão, no mínimo, um pacote prolongado.

Arma-se o palco para a cena principal. O PMDB, através de Ulysses Guimarães, é participado e acompanha o elocubrar da tecnocracia com ares de quem dá a última palavra. Não é bem assim, mas, para o Palácio do Planalto, importa que pareça. O alvo oficial está na chamada maioria silenciosa do partido, aqueles deputados e senadores que apenas se mostram permeáveis aos cantos de sereia da esquerda radical por falta de opção ou por conta da óbvia perda de controle do processo pelo próprio governo. Retomando o leme, haverá para a maior parte das bancadas peemedebistas argumentação capaz de fazê-las dóceis e alinhadas no aprisco oficial. Pequenas pitadas de fisiologismo parecem em pauta, para convencer esse ou aquele recalcitrante. O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, estaria começando a conversar com os companheiros, levando no coldre uma lista onde se relacionam inúmeros cargos e funções de segundo e terceiro escalões, em condições de serem oferecidos a certos interlocutores.

Quanto ao PFL, será de mais fácil condução pelo presidente Sarney. Aureliano Chaves emergiu recentemente como contestador do governo por conta de manobra partidária. Foi para impedir parte dos liberais acompanhando a debandada do PMDB que o ministro de Minas e Energia entendeu necessário marcar uma posição de centro. Sob esse ângulo, serviu à estratégia do chefe do governo, o que explica não ter sido admoestado nem catapultado do Ministério.

E as medidas? As medidas... Fala-se de tudo. O governo deverá propor a minimoratória, ainda que

sem chamá-la assim, mas de simples "suspenção temporária de transferências". Tenta-se uma negociação, não um ato unilateral. Ficariam depositados no Banco Central os dólares destinados às remessas para pagamento de juros e serviços da dívida, durante um prazo imaginado entre 90 e 120 dias. Esses dólares seriam utilizados internamente, em especial se o Brasil, em negociações com os credores, conseguisse aval para um limite máximo de remessas posteriores, depois da suspensão. Não haveria sequestro dos ativos dos credores, no caso, mas um mecanismo de reinversão. A dúvida está em saber se os bancos americanos, nesse caso, não suspenderiam o interbancário, depósitos da ordem das 15 bilhões de dólares que mantêm em bancos brasileiros.

Está chegando a Brasília o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marclio Marques Moreira, a chamado presidente Sarney. Vem para receber instruções e dar conta das primeiras conversas que manteve com banqueiros americanos. Há quem especule, na sequência dos fatos, que poderia receber sondagem para integrar o novo Ministério, se o ministro Dílson Funaro entender que a execução do plano por ele coordenado deve, por motivos políticos, caber a outro.

Virá o controle de juros, através do tabelamento do spread. O câmbio será alterado, com maiores e progressivas desvalorizações do cruzeiro, prevendo-se também, como alternativa, em algum ponto do rápido percurso, a maxidesvalorização.

Está em pauta um empréstimo compulsório sobre os lucros dos bancos nacionais. Será adotado, por 120 dias, o congelamento dos preços, após os reajustes empreendidos. O gatilho salarial ficará amarrado, talvez até enferruje definitivamente se for concedido um abono geral para encerrar a festa, a partir do próximo aumento do salário mínimo. A ideia está em exame. Imagina-se uma forma de salvaguarda das reservas cambiais do País. Retoricamente, ao menos, se fala em controle dos gastos públicos, em eliminação temporária das operações prefixadas com títulos de renda fixa. E em muita coisa mais.

O rol das especulações a respeito do que se chama de "pacotão" é vasto. As últimas definições estão sendo tomadas. Importa ao presidente Sarney que as iniciativas funcionem e que a inflação, a partir de março, caia a níveis tidos como compatíveis com a nossa economia. Coisa entre 6 e 7% ao mês. O sonho da inflação zero acabou. Nessa hipótese, o governo superaria a onda de impopularidade, e, na Assembleia Nacional Constituinte, tornar-se-ia possível uma composição. Provavelmente em torno de um mandato de cinco anos.

Observadores mais realistas suspeitam o malogro de toda a estratégia citada, seja porque o novo congelamento poderá não durar mais do que 30 dias, ao contrário dos 120 pretendidos, seja porque os credores exteriores poderão não concordar com os termos apresentados para a "suspenção temporária de transferências". Nesse caso, ficaria tudo em aberto, da antecipação das eleições presidenciais à adoção de um choque ortodoxo na economia, conforme os moldes clássicos...